SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 07.747.410/0001-40

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, levantadas em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. O objetivo estratégico da Sax está orientado ao atendimento das necessidades de crédito, principalmente aos consumidores de sua controladora Marisa Lojas S.A. Além de tal objetivo, a SAX também auxilia sua controladora a expandir sua base de clientes, bem como oferecer produtos e serviços que agreguem valor ao seu portfólio, e também a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em dezembro de 2018 o total de ativos atingiu R$ 418,2 milhões (R$ 160,1 milhões em 2017), representados, basicamente, por operações de crédito no montante de R$ 366,6 milhões (R$ 158,8 milhões em 2017) e a receita com operações de crédito atingiu o montante de R$ 214,4 milhões (R$ 157,7 milhões em 2017). No exercício, a SAX alcançou lucro de R$ 60,0 milhões (R$ 41,2 milhões em 2017) e seu patrimônio líquido é de R$ 110,3 milhões (R$ 96,6 milhões em 2017). O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. As informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.saxfinanceira.com.br.

São Paulo, 13 de março de 2019.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	2018	2017
Circulante		**416.265**	**157.843**
Disponibilidades	4	413	296
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	92.683	25.918
Aplicações no mercado aberto		92.683	25.918
Operações de crédito		297.591	119.457
Setor privado	6.a	365.500	157.842
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f	(67.909)	(38.385)
Outros créditos		25.577	12.172
Rendas a receber		4.395	830
Crédito Tributário	7	17.196	6.934
Diversos		3.986	4.408
Realizável a Longo Prazo		**1.772**	**1.983**
Operações de crédito		1.097	964
Setor privado	6.a	1.108	980
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f	(11)	(16)
Outros créditos		656	1.019
Crédito Tributário	7	656	1.019
Outros Valores e Bens		19	-
Despesas Antecipadas		19	-
Permanente		**212**	**228**
Imobilizado de uso	8.1	17	33
Outras imobilizações de uso		255	255
(Depreciações acumuladas)		(238)	(222)
Intangível	8.2	194	195
Ativos intangíveis		1.524	1.471
(Amortização acumulada)		(1.330)	(1.276)
Total do Ativo		**418.248**	**160.054**

PASSIVO	Nota explicativa	2018	2017
Circulante		**85.518**	**61.409**
Depósitos		31.355	35.785
Depósitos Interfinanceiros	9	31.355	35.785
Outras obrigações		54.163	25.624
Fiscais e previdenciárias	11.a	24.814	9.332
Sociais e estatutárias	13.b	12.111	9.788
Diversas	11.b	17.239	6.504
Exigível a Longo Prazo		**222.444**	**2.031**
Recursos de aceites		220.416	188
Obrigações por emissões de letras financeiras	10	26.773	188
Obrigações por emissões de letras câmbio		193.643	-
Outras obrigações		2.028	1.843
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		381	49
Diversas	11.b	1.647	1.794
Patrimônio Líquido		**110.286**	**96.614**
Capital social	13.a	69.000	69.000
Reservas de lucros		41.286	27.614
Total do Passivo		**418.248**	**160.054**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2º semestre de 2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		**138.054**	**217.890**	**159.394**
Operações de crédito	15.a	135.810	214.409	157.704
Resultado de operações com aplicações interfinanceiras	15.b	2.244	3.481	1.690
Despesas da intermediação financeira		(57.011)	(82.344)	(43.443)
Operações de captação no mercado	15.c	(8.847)	(11.330)	(2.138)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(48.164)	(71.014)	(41.305)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**81.043**	**135.546**	**115.951**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Receitas de prestação de serviços	15.d	6.663	15.123	17.109
Rendas de tarifas bancárias		3.108	3.598	4
Despesas Financeiras		(348)	(348)	-
Despesas de pessoal	15.e	(1.716)	(3.818)	(3.781)
Outras despesas administrativas	15.f	(23.707)	(43.654)	(44.376)
Despesas tributárias	15.g	(7.016)	(11.310)	(8.345)
Outras despesas operacionais	15.h	(1.252)	(2.886)	(1.411)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**56.773**	**92.251**	**75.151**
Imposto de renda e contribuição social				
Provisão para imposto de renda		(19.842)	(28.409)	(19.760)
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido		(15.884)	(22.746)	(15.827)
Ativo fiscal diferido	14	10.235	9.899	1.646
Lucro Líquido do Semestre/Exercícios		**31.283**	**50.995**	**41.210**
Lucro líquido por ação - R$		3,15	5,13	4,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R$)

	2º semestre de 2018	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido no semestre antes da tributação e das participações	**35.478**	**50.995**	**40.134**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.850	29.519	19.410
Provisão para riscos contingentes	(115)	(107)	977
Depreciação e amortização	36	70	21
Ativo fiscal diferido	336	(9.899)	757
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(15.429)	(51.155)	(18.829)
	43.156	**19.423**	**2.336**
(Aumento) redução em ativos e passivos:			
Operações de crédito	(34.597)	(207.786)	(36.368)
Outros créditos	(9.141)	(3.162)	(16.036)
Depósitos interfinanceiros	16.613	(4.430)	10.094
Outras obrigações	13.764	105.446	30.489
Recursos e aceites	37.383	220.228	12
Caixa gerado nas operações	67.178	129.719	(11.809)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.970)	(25.460)	(14.300)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	59.208	104.259	(26.109)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições do imobilizado de uso	-	-	-
Aplicações no ativo intangível	(54)	(54)	(100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(54)	(54)	(100)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de dividendos	(35.000)	(37.323)	(30.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(35.000)	(37.323)	(30.000)
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**24.154**	**66.882**	**(13.739)**
Caixa e Equivalentes de Caixa			
No início do exercício	26.214	26.214	19.237
No fim do exercício	50.368	93.096	5.498
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**24.154**	**66.882**	**(13.739)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Especiais de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		**69.000**	**7.346**	**26.453**	**-**	**102.799**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	41.210	41.210
Dividendos distribuídos		-	-	(37.607)	-	(37.607)
Destinações:						
Reservas		-	2.060	-	(2.060)	-
Reserva especial de lucros		-	-	29.362	(29.362)	-
Dividendos propostos (R$0,5268 por ação)		-	-	-	(9.788)	(9.788)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		**69.000**	**9.406**	**18.208**	**-**	**96.614**
Saldo em 30 de Junho de 2018		**69.000**	**10.392**	**7.041**	**-**	**86.433**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	31.283	31.283
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-
Dividendos e Lucros pagos antecipadamente		-	-	-	-	-
Destinações:						
Reserva legal		-	1.564	-	(1.564)	-
Reserva especial de lucros	13.c	-	-	22.289	(22.289)	-
Dividendos propostos (R$ 0,7470 por ação)	13.b	-	-	-	(7.430)	(7.430)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		**69.000**	**11.956**	**29.330**	**-**	**110.286**
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		**69.000**	**9.406**	**18.208**	**-**	**96.614**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	50.995	50.995
Dividendos distribuídos		-	-	(18.206)	-	(18.206)
Dividendos e Lucros pagos antecipadamente		-	-	(7.006)	-	(7.006)
Destinações:						
Reserva legal		-	2.550	-	(2.550)	-
Reserva especial de lucros	13.c	-	-	36.334	(36.334)	-
Dividendos propostos (R$ 0,7470 por ação)	13.b	-	-	-	(12.112)	(12.112)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		**69.000**	**11.956**	**29.330**	**-**	**110.286**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX" ou "Sociedade") tem como objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. O seu capital foi subscrito e integralizado em 25 de maio de 2005 e, em 21 de setembro do mesmo ano, a Sociedade foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, tendo iniciado suas operações em 22 de maio de 2006. As operações são conduzidas em conjunto com as Empresas do Grupo Marisa ("Marisa"), que atuam preponderantemente no mercado varejista, e com quem a Sociedade compartilha a estrutura necessária para a operacionalização de suas atividades. Consequentemente, os resultados apresentados e a posição patrimonial poderiam ser diferentes caso essas operações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. Em 4 de dezembro de 2008 o Grupo Marisa celebrou com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., por meio de sua controlada Banco Itaú S.A. ("Itaú"), "Acordo de Associação" que descreve as premissas de um acordo operacional pelo prazo de 10 anos, que possibilita ao Itaú o direito de preferência à oferta de concessão de empréstimo pessoal aos clientes da Marisa, operação que atualmente é oferecida pela SAX. Caso o Itaú recuse a concessão do empréstimo pessoal a algum cliente, a SAX poderá atender ou não, a esses clientes, de acordo com seus critérios de análise cadastral. O referido "Acordo" garante, também, ao Itaú, o direito de preferência na aquisição de créditos existentes na carteira da SAX. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o segundo aditamento ao acordo de associação, o qual prorrogou por mais 10 anos a vigência do referido acordo. Até o momento todas as operações de empréstimo pessoal comercializadas nas Lojas Marisa são efetuadas pela SAX e conforme garantido no referido acordo, o Itaú poderá optar em oferecer esta modalidade de crédito a qualquer momento durante a vigência do referido acordo. Até 31 de dezembro de 2018, o Itaú não exerceu suas preferências de aquisição de operações atreladas ao contrato.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na legislação societária brasileira, associada às normas e instruções do BACEN e estão apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Sociedade, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda diferido ativo. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: • **CPC 01 -** Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; • **CPC 03 -** Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; • **CPC 05 -** Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; • **CPC 10 -** Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; • **CPC 23 -** Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; • **CPC 24 -** Divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; • **CPC 25 -** Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; • **CPC 33 -** Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; • **Pronunciamento Conceitual Básico (R1) -** Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para emissão das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 foi concedida pela Diretoria em 13 de março de 2019.

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN através da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, com agravo para alguns "ratings" calculado de acordo com o histórico de perdas. A Sociedade não efetua o reconhecimento de receitas de qualquer natureza relativa a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, sendo referida receita registrada apenas quando do efetivo recebimento. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente às renegociações. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **e) Cessão de crédito sem coobrigação e outras avenças:** As cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367 de 11 de setembro de 2014, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção ou não substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As cessões de crédito com transferência dos riscos e benefícios resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício. **f) Outros ativos e passivos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata die". **g) Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para hardware e 10% para instalações e móveis e utensílios. **h) Ativo intangível:** Consiste em investimentos na implementação e customização de uso de softwares que são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano. **i) Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** Estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. A Sociedade não teve nenhum ativo sujeito a perda de seu valor recuperável. **j) Depósitos e captações no mercado aberto:** Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die." **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Para os riscos cíveis, as provisões são constituídas sobre o valor envolvido de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação de processos de mesma natureza. O limite máximo de provisão é de R$ 4,1 (quatro mil e cem reais), considerando o valor médio de condenação. Para os riscos trabalhistas, as provisões são constituídas também sobre o valor envolvido, quando forem mensuráveis, de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação dos processos. • Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos, impostos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável e acrescida de 10% incidentes sobre os lucros tributários, excedentes a R$ 240 no exercício. A contribuição social foi apurada sobre o lucro líquido tributável à alíquota de 20%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, veja nota explicativa nº 7. Os créditos tributários foram constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realizações dos mesmos. **m) Resultado por ação:** É apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2018	2017
Disponibilidades	413	296
Aplicações interfinanceiras de liquidez	92.683	25.918
	93.096	26.214

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações no mercado aberto, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estão compostas como segue:

	2018	2017
Letras do Tesouro Nacional	-	25.918
Notas do Tesouro Nacional	92.683	-
	92.683	25.918

Referem-se a aplicações em títulos públicos com compromisso de recompra pela contraparte com rendimento de 6,25% a.a. em 31 de dezembro de 2018 (6,75% em 31 de dezembro de 2017).

6. Operações de crédito: As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estão assim sumarizadas:

a) ***Por operação***

	2018	2017
Empréstimo pessoal	155.113	151.011
Empréstimo consignado	7.374	7.811
Operações financiadas (i)	204.121	-
	366.608	158.822
Ativo circulante	365.500	157.842
Ativo realizável a longo prazo	1.108	980
	366.608	158.822

(i) Em 01 de julho de 2018, houve uma reestruturação financeira nas companhias SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (parte relacionada), que consiste na mirgração das operações com juros originárias do Cartão Marisa, que faziam parte, anteriormente, da carteira da Club para a carteira da Sax CFI. Desta forma, todas as operações de vendas com juros por meio do Cartão Private Label Marisa passaram a ser registradas, diretamente, na SAX CFI e as operações sem juros do Cartão Marisa que venham a ocorrer inadimplência são cedidas da Club para a SAX CFI. As cessões são realizadas pelo seu valor contábil, não gerando resultado entre as companhias. **b)** ***Composição das operações por faixas de vencimento***

	2018 Valor	2018 % sobre total	2017 Valor	2017 % sobre total
Parcelas a vencer:				
Até 30 dias	52.826	14,41	25.036	15,76
De 31 a 60 dias	41.735	11,38	21.642	13,63
De 61 a 90 dias	37.357	10,19	16.855	10,61
De 91 a 180 dias	79.549	21,70	32.668	20,57
Acima de 180 dias	46.469	12,68	19.959	12,57
	257.936	70,36	116.160	73,14
Parcelas vencidas:				
Até 30 dias	27.656	7,54	8.743	5,50
De 31 a 60 dias	17.733	4,84	5.448	3,43
De 61 a 90 dias	15.677	4,28	4.698	2,96
De 91 a 120 dias	11.416	3,11	4.350	2,74
De 121 a 150 dias	12.017	3,28	3.886	2,45
De 151 a 180 dias	10.113	2,76	3.600	2,27
De 181 a 240 dias	7.459	2,03	6.159	3,88
De 241 a 300 dias	4.592	1,25	4.008	2,52
De 300 a 360 dias	2.009	0,55	1.770	1,11
	108.672	29,64	42.662	26,86
	366.608	100,00	158.822	100,00

c) ***Concentração das operações***

	2018	2017
Dez maiores devedores	290	503
Cinquenta seguintes maiores devedores	570	597
Cem seguintes maiores devedores	671	671
Demais clientes	365.077	157.051
	366.608	158.822

d) ***Composição por vencimento das parcelas***

	2018 Valor	2018 % sobre total	2017 Valor	2017 % sobre total
A vencer até 3 meses	131.918	35,98	63.533	40,00
A vencer de 3 a 12 meses	124.910	34,07	51.646	32,52
A vencer de 1 a 3 anos	1.096	0,29	972	0,61
A vencer acima de 3 anos	12	0,01	8	0,01
Vencidos	108.672	29,64	42.663	26,86
	366.608	100,00	158.822	100,00

e) ***Composição por atividade econômica - setor privado***

	2018 Valor	2018 % sobre total	2017 Valor	2017 % sobre total
Pessoas físicas	366.608	100,00	158.822	100,00
	366.608	100,00	158.822	100,00

f) ***Composição da carteira por nível de risco***

"Rating"	Provisão mínima-%	2018 Carteira	2018 Provisão Mínima	2018 Provisão Adicional	2018 Provisão Total	2017 Carteira	2017 Provisão Mínima	2017 Provisão Adicional	2017 Provisão Total
A	0,5	225.336	1.128	-	1.128	99.313	497	-	497
B	1,0	21.509	216	-	216	7.002	70	-	70
C	3,0	21.270	639	-	639	7.348	220	-	220
D	10,0	19.057	1.906	-	1.906	6.359	636	-	636
E	30,0	17.218	5.165	6.026	11.191	6.168	1.850	3.232	5.082
F	50,0	17.382	8.691	3.476	12.167	5.183	2.591	2.084	4.675
G	70,0	14.255	9.979	713	10.692	4.387	3.071	1.088	4.159
H	100,0	29.981	29.981	-	29.981	23.062	23.062	-	23.062
		366.608	57.705	10.215	62.920	158.822	31.997	6.404	38.401

A SAX constituiu, preventivamente, provisões adicionais aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 com base na perda histórica. Tais provisões foram concentradas exclusivamente nos níveis de classificação E, F e G, como um reforço aos percentuais mínimos requeridos para esses níveis. **g)** ***Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa***

	2018	2017
Saldo inicial	(38.401)	(35.128)
(Constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.014)	(41.305)
Baixa de títulos incobráveis	41.645	38.032
	(67.770)	(38.401)

h) ***Recuperação de créditos***: Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram o montante de R$5.980 (R$13.283 em 2017).

7. Outros créditos: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão representados por:

	2018	2017
Saldo a receber - sociedade ligada	853	1.969
Créditos tributários (**)	17.852	7.953
Rendas a receber	4.395	830
Adiantamentos e antecipações salariais	66	26
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	471	738
Imposto de renda a compensar	1.513	1.131
IOF a compensar	31	-
Outros	1.052	544
	26.233	13.191
Ativo circulante	25.577	12.172
Ativo realizável a longo prazo	656	1.019
	26.233	13.191

(**) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2018
Imposto de renda:				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.835	7.427	(1.730)	9.532
Outras adições temporárias	585	12	(214)	383
	4.420	7.439	(1.944)	9.915
Contribuição social:				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.102	5.946	(1.384)	7.664
Outras adições temporárias	431	10	(168)	273
	3.533	5.956	(1.552)	7.937
	7.953	13.395	(3.496)	17.852

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2017
Imposto de renda:				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.159	3.835	(3.159)	3.835
Outras adições temporárias	344	272	(31)	585
	3.503	4.107	(3.190)	4.420
Contribuição social:				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.535	3.102	(1.535)	3.102
Outras adições temporárias	241	215	(25)	431
MP nº.675 Maio/2015	1.028	-	(1.028)	-
	2.804	3.317	(2.588)	3.533
	6.307	7.424	(5.778)	7.953

A Sociedade, com base em suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis no prazo máximo de 1 ano para créditos provenientes de provisão para créditos de liquidação duvidosa, e até 5 anos para provisão para causas judiciais. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa de captação média de 10,61% da Sociedade é de R$ 15.958 (R$ 7.044 em 2017).

8. Imobilizado e intangível: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está assim representado:

a. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	2018 Custo	2018 Depreciação	2018 Líquido	2017 Custo	2017 Depreciação	2017 Líquido
Móveis e utensílios	10	31	(30)	1	32	(28)	4
Instalações	10	2	(1)	1	2	(1)	1
Hardware	20	222	(207)	15	221	(193)	28
		255	(238)	17	255	(222)	33

b. Intangível

	Taxa anual de depreciação %	2018 Custo	2018 Depreciação	2018 Líquido	2017 Custo	2017 Depreciação	2017 Líquido
Hardware	20	1.524	(1.330)	194	1.471	(1.276)	195
		1.524	(1.330)	194	1.471	(1.276)	195

9. Depósitos interfinanceiros: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão compostas como segue:

Data da emissão	Data do vencimento	Taxa CDI	2018	2017
11/11/2016	10/05/2017	110,0%	-	-
18/07/2017	18/07/2018	126,5%	-	12.547
06/11/2017	01/11/2018	129,9%	-	8.106
22/11/2017	19/11/2018	122,8%	-	15.132
08/05/2018	08/05/2019	CDI + 1,90 a.a	15.805	-
18/07/2018	18/07/2019	CDI + 1,85 a.a	15.550	-
			31.355	35.785

10. Obrigações por emissões letras financeiras: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão compostas como segue:

Data da emissão	Data do vencimento	Taxa CDI	2018	2017
15/02/2018	17/07/2020	123,00% CDI	26.773	188
			26.773	188

11. Obrigações por emissões letras de câmbio: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão compostas como segue:

Data da emissão	Data do vencimento	Taxa CDI	2018	2017
13/06/2018	29/11/2021	123,00% CDI	193.643	-
			193.643	-

12. Outras obrigações: a) ***Fiscais e previdenciárias***: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão representados por:

	2018	2017
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	23.167	8.513
Impostos e contribuições a recolher	171	157
Outros impostos	1.476	711
	24.814	9.381
Passivo circulante	1.647	9.332
Exigível a longo prazo	23.167	49
	24.814	9.381

b) ***Diversos***: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão sendo representadas por:

	2018	2017
Obrigações trabalhistas	419	365
Contas a pagar	16.820	6.140
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	1.647	1.793
	18.886	8.298
Passivo circulante	17.239	6.504
Exigível a longo prazo	1.647	1.794
	18.886	8.298

13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) ***Ativos contingentes:*** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram reconhecidos ativos contingentes e não processos classificados como prováveis de realização. **b)** ***Passivos contingentes:*** Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade integra o pólo passivo de 392 ações cíveis (478 ações em 2017). Os 392 processos em trâmite (278 processos em trâmite em 2018) referem-se a reclamações formuladas por consumidores, com motivos diversos, tais como: inscrição indevida no Serviço de Proteção ao Crédito e revisão contratual. O valor médio de condenação nessas ações é de R$1,9 (R$1,8 em 2017) e o valor provisionado no montante de R$908 (R$1.102 em 2017) tem como base o êxito da Sociedade e o valor da causa de cada processo. A SAX também possui 09 ações trabalhistas ativas (10 ações em 2017) com valor provisionado de R$ 739 (R$691 em 2017). **c)** ***Perdas possíveis:*** Em 31 de dezembro de 2018, o valor aproximado de processos administrativos, avaliados com probabilidade de perda possível e não provisionados estão relacionados a IRPJ e CSLL referente aos exercícios de 2006, 2007 e 2008 e compensação de crédito indeferido PERD/COMP, no montante de R$1.014 (R$1.113 em 2017) e R$ 2.091 (não havia em 2017), respecitvamente.

Movimentação das provisões e das obrigações legais

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	312	1.228	1.540
Constituição de provisão	410	221	631
Baixas por encerramento	(31)	(347)	(378)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	691	1.102	1.793
Constituição de provisão	384	787	1.171
Baixas por encerramento	(336)	(981)	(1.317)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	739	908	1.647

d) ***Órgãos reguladores***: Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Sociedade. Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades em um período de 5 a 30 anos, conforme a natureza tributária.

14. Patrimônio líquido: a) ***Capital social***: O capital social, totalmente integralizado, é representado por 9.945.518 ações, as quais totalizam R$69.000, sendo 4.972.759 ações ordinárias nominativas e 4.972.759 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. **b)** ***Reservas: Reserva Legal***: Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos e é constituída semestralmente. ***Reservas Estatutárias ou Dividendos***: De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, apurado em cada balanço, após outras destinações previstas em disposições legais. Por decisão de reunião da Diretoria, foram aprovadas as seguintes distribuições a título de dividendos:

2018	Valor por ação (R$)	Valor distribuído/ proposto
Junho de 2018	0,4707	4.682
Dezembro de 2018	0,7470	7.430
		12.112

2017	Valor por ação (R$)	Valor distribuído/ proposto
Maio de 2017	2,5748	25.607
Junho de 2017	0,5268	5.240
Julho de 2017	1,2066	12.000
Dezembro de 2017	0,4573	4.548
		47.395

c) ***Reservas de lucros***: Em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e do dividendo proposto, foi destinado para reserva especial de lucros no montante de R$ 36.333 (R$ 29.362 em 2017).

15. Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social está assim representada:

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	92.251	75.151
Alíquota vigente	45%	45%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	(41.513)	(33.818)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Receitas não tributáveis / (despesas não dedutíveis)	257	(123)
	(41.256)	(33.941)
Imposto de renda e contribuição social, efetivos:		
Correntes	(51.155)	(35.587)
Diferidos	9.899	1.646
	(41.256)	(33.941)

16. Demonstração do resultado: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão representadas, principalmente, por:

a) ***Operações de crédito***

	2º Semestre 2018	2018	2017
Rendas com juros contratuais e mora de atraso com empréstimos	133.758	208.429	144.421
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.052	5.980	13.283
	135.810	214.409	157.704

b) ***Resultado de aplicações interfinanceiras***

	2º Semestre 2018	2018	2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.244	3.481	1.690
	2.244	3.481	1.690

c) ***Operações de captação no mercado***

	2º Semestre 2018	2018	2017
Despesas com Depósitos Interfinanceiros	1.934	3.547	2.120
Despesas com Letras Financeiras	1.001	1.725	198
Despesas com Letras de Câmbio	5.912	6.058	-
	8.847	11.330	2.138

d) ***Receita de prestação de serviços***

	2º Semestre 2018	2018	2017
Receitas de comissão de vendas de seguros	2.523	5.719	6.312
Receitas de taxa de confecção de cadastro	4.140	9.404	10.797
	6.663	15.123	17.109

e) ***Despesas de pessoal***

	2º Semestre 2018	2018	2017
Proventos	1.077	2.477	2.421
Encargos sociais	353	793	800
Benefícios	253	489	504
Treinamento	33	59	56
	1.716	3.818	3.781

f) ***Outras despesas administrativas***

	2º Semestre 2018	2018	2017
Despesas com serviços do sistema financeiro	1.420	2.504	3.306
Despesas com serviços técnicos especializados	4.569	7.306	5.844
Despesas com processamento de dados	1.667	3.024	2.464
Depreciações e amortizações	35	70	56
Despesas de viagens	-	-	14
Despesas de comunicações	393	803	668
Despesas de propaganda, publicidade e publicações	504	1.390	1.930
Despesas compartilhadas (*)	14.487	27.793	29.266
Outras	330	744	828
	23.707	43.654	44.376

(*) As despesas compartilhadas referem-se a despesas tais como administrativas e de pessoal, reconhecidas na Marisa para atividades desenvolvidas para a Sax, as quais são compartilhadas utilizando o critério de rateio definido pela Marisa Lojas S.A., de acordo com a participação de cada empresa sobre a Receita Operacional Líquida do grupo econômico avalia anualmente.

g) ***Despesas tributárias***

	2º Semestre 2018	2018	2017
COFINS	5.749	9.079	6.443
ISS	333	756	855
PIS	934	1.475	1.047
	7.016	11.310	8.345

h) ***Outras despesas operacionais***

	2º Semestre 2018	2018	2017
Contingências cíveis e trabalhistas	712	2.206	1.323
Diversos	391	530	88
	1.103	2.736	1.411

17. Transações e saldos com partes relacionadas: Os detalhes a respeito das transações entre a Sociedade e suas partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante:		
Outros créditos diversos - Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (Coligada) (*)	853	1.969
Outros créditos diversos - Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta)(*)	465	738
	1.318	2.707
Passivo circulante:		
Outras obrigações diversas - Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta) (*)	5.186	4.791
Obrigações por emissão de letras financeiras - Marisa Lojas S.A (Controladora indireta)	-	188
Outras obrigações diversas - Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (Coligada)(*)	1.397	-
Dividendos a pagar - Max Participações Ltda. (Holding).	12.112	9.787
	18.695	14.766
Resultado:		
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (Coligada)	1.397	-
Aluguéis de imóveis	21	21
Despesas de Serviços CCB	1.397	-
Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta)		
Despesas de correspondente bancário	172	174
Despesas compartilhadas	27.793	29.266
	29.383	29.461

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a SAX não realizou pagamento de prêmios ou comissões à diretoria e à administração. (*) Outros créditos diversos referem-se à operações de repasse entre sociedades em coligadas. Enquanto que Outras obrigações correspondem a operações de compartilhamentos de despesas e serviços de correspondente bancário.

18. Limites operacionais: Conforme Resolução CMN n° 4.193, de 01 de março de 2013 e Circular Bacen n° 3.477, de 24 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), e à adequação ao Patrimônio de Referência (PR), o Índice da Basiléia para a data-base de 31 de dezembro de 2018 é 18,04% (21,52% em 2017).

19. Gerenciamento de risco: A abordagem integrada para gestão de riscos da Sociedade compreende a adoção de instrumentos que permitem o efetivo controle dos riscos incorridos, organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. O controle dos riscos abrange todas as exposições às linhas de negócio vigente, agrupados nas seguintes categorias de riscos: mercado, liquidez, crédito, capital e operacional, fundamentalmente segregado das áreas de negócios e auditoria interna. Os níveis de exposição são monitorados diariamente por meio de uma estrutura de limites de aceitação de risco, através de um processo de gestão e controle, que atribui responsabilidades às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. O resultado financeiro é apurado através dos controles que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados. A área de gestão de riscos, adota os fundamentos: • Visão integrada de riscos; • Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido; • Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado; e • Constante envolvimento da Alta Administração. Para reduzir os efeitos do risco operacional o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), é fundamentado em uma estrutura de processos contingenciais que asseguram a continuidade de seus negócios face a complexidade dos seus negócios. O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. Aprovado pela Alta Administração, a gestão de riscos tem os critérios definidos e os limites estabelecidos no conjunto de documentos citado acima, divulgado internamente (intranet) a todos os colaboradores e revisados e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando necessário devido mudanças nos objetivos e estratégias do negócio ou na metodologia de gestão do risco. Adicionalmente em cumprimento à Resolução CMN Nº 4.193/13, informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico da Sociedade.

A DIRETORIA

CONTADORA

Heberlet Gibim Leoterio - CRC 1SP233311/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores e acionistas da
SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8